



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado

brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.011
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 388.223.667 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2019	2018
• Liquidez geral	2,10	1,85
• Liquidez corrente	2,31	1,48
• Relação patrimônio líquido/ativo	52,49%	45,95%
• Relação passivo não circulante/ativo	41,05%	38,04%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,92%	24,23%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	25,00%	38,75%
Ativos totais - R\$	3.749.405.902	3.779.546.521
Lucro líquido do exercício	313.250.269	420.826.591

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas

e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as empresas do Grupo SGBH além de suas sedes no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.817.831	521.456.390	38.494
Concessionárias e permissionárias	8	41.484.575	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	23	288.105	3.562	6.110
Adiantamento a fornecedor		1.387.378	2.696.579	696.124
Impostos a recuperar	9	20.764.951	2.143.904	358.506
Ativo de contrato	10	398.109.605	369.283.201	-
Outros ativos circulantes		266.670	288.730	271.078
		559.119.115	895.872.366	1.370.312
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	25.490.743	-	-
Ativo de contrato	10	3.151.481.039	2.871.315.002	1.727.126.361
Tributos diferidos	16	11.488.736	11.488.736	-
Outros ativos não circulantes		-	576.737	833.065
Imobilizado		1.663.394	150.065	93.995
Intangível		162.875	143.615	85.910
		3.190.286.787	2.883.674.155	1.728.139.331
Total do ativo		3.749.405.902	3.779.546.521	1.729.509.643
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	11	70.341.584	18.108.427	57.564.286
Fornecedores - partes relacionadas	23	15.076	-	195.192
Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	45.023.217	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	12	-	577.471.882	-
Impostos e contribuições sociais	13	52.239.900	3.228.928	4.278.393
Taxas regulamentares	14	2.040.262	-	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	17	70.658.210	3.997.852	-
Outros passivos circulantes		1.955.506	2.379.077	1.062.898
		242.273.755	605.186.166	63.100.769
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	585.301.827	580.084.321	-
Tributos diferidos	16	953.937.162	857.538.505	484.500.085
		1.539.238.989	1.437.622.826	484.500.085
Patrimônio líquido	17			
Capital social		675.001.000	675.001.000	537.001.000
Reserva de retenção de lucros		611.280.526	395.787.410	-
Reserva de lucros a realizar		644.907.789	644.907.789	644.907.789
Reserva legal		36.703.843	21.041.330	-
		1.967.893.158	1.736.737.529	1.181.908.789
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.749.405.902	3.779.546.521	1.729.509.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva Retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	537.001.000	-	-	644.907.789	-	1.181.908.789
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	420.826.591	420.826.591
Aumento de capital conforme AGE de 10 de janeiro de 2018	138.000.000	-	-	-	-	138.000.000
Constituição da reserva legal	-	21.041.330	-	-	(21.041.330)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	395.787.410	-	(395.787.410)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	(3.997.851)	(3.997.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	675.001.000	21.041.330	395.787.410	644.907.789	-	1.736.737.529
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	313.250.269	313.250.269
Juros sobre capital próprio	-	-	(82.094.640)	-	-	(82.094.640)
Constituição da reserva legal	-	15.662.513	-	-	(15.662.513)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	297.587.756	-	(297.587.756)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	675.001.000	36.703.843	611.280.526	644.907.789	-	1.967.893.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197,00 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso: (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km; (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu em janeiro de 2019, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2018 houve reclassificações de valores que encontravam-se em outros ativos circulantes para contas a receber partes relacionadas no montante de R\$ 3.562, adiantamento de seguros no montante de R\$ 256.328 de para outros ativos circulantes e tributos e contribuições sociais no montante de R\$193.319 para outros passivos circulantes. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação

do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	433.912.144	638.774.836
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros do empréstimo e do financiamento	65.937.438	28.189.874
Depreciação e Amortização	243.099	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Aumento) redução nos ativos operacionais	178.072	-
Concessionárias e permissionárias	(41.662.647)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(284.543)	2.548
Ativo de contrato	(308.992.440)	(1.963.561.070)
Impostos a recuperar	(18.621.047)	9.703.338
Adiantamento a fornecedores	1.309.201	(2.000.455)
Outros ativos	598.799	238.676
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	52.233.154	(39.455.859)
Tributos e contribuições sociais	45.966.650	581.152.466
Partes relacionadas	15.076	(195.192)
Taxas regulamentares	2.040.262	-
Juros pagos	(43.168.597)	-
Impostos pagos	(33.533.090)	-
Outros passivos	(423.574)	1.316.180
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	155.747.957	(745.834.658)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.775.687)	(113.775)
Títulos e valores mobiliários	(25.490.743)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(27.266.430)	(113.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	138.000.000
Empréstimos e financiamentos captados	(550.000.000)	1.129.366.329
Dividendo pagos	(3.120.086)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(553.120.086)	1.267.366.329
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(424.638.559)	521.417.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	521.456.390	38.494
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	96.817.831	521.456.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.3. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.4. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Impostos: imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000

continua



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.7. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro de determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11. Receita operacional:** A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação referem-se, basicamente, à reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financeiro do cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.13. Meio ambiente:** Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão. **3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS
Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		521.456.390	-	521.456.390
Impostos a recuperar	(iv)	2.122.140	21.764	2.143.904
Ativo de contrato	(i)	339.635.748	29.647.453	369.283.201
Demais ativos circulantes				
não impactados		2.988.871	-	2.988.871
		866.203.149	29.669.217	895.872.366

Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	2.112.877.618	758.437.384	2.871.315.002
Tributos diferidos	(ii)	-	11.488.736	11.488.736
Demais ativos não circulantes				
não impactados		870.417	-	870.417
		2.113.748.035	769.926.120	2.883.674.155
		2.979.951.184	799.595.337	3.779.546.521

Total do ativo	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		577.471.882	-	577.471.882
Dividendos propostos	(iii)	3.120.086	877.766	3.997.852
Demais passivos circulantes				
não impactados		23.716.432	-	23.716.432
		604.308.400	877.766	605.186.166

Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		580.084.321	-	580.084.321
Impostos diferidos	(ii)	618.137.879	239.400.626	857.538.505
		1.198.222.200	239.400.626	1.437.622.826
Patrimônio líquido				
Capital social		675.001.000	-	675.001.000
Reserva de retenção de lucros	(i) e (ii)	308.888.517	86.898.893	395.787.410
Reserva de lucros a realizar	(i) e (ii)	177.109.562	467.798.227	644.907.789
Reserva legal	(i) e (ii)	16.421.505	4.619.825	21.041.330
		1.177.420.584	559.316.945	1.736.737.529
		2.979.951.184	799.595.337	3.779.546.521

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	1.360.457.815	50.269.901	1.410.727.716
Outros		(771.952.880)	-	(771.952.880)
Imposto de renda e contribuição social	(ii) e (iv)	(260.074.827)	42.126.582	(217.948.245)
Lucro líquido do exercício		328.430.108	92.396.483	420.826.591

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iv)	328.430.108	92.396.483	420.826.591
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de resultados abrangentes		328.430.108	92.396.483	420.826.591

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		588.504.935	50.269.901	638.774.836
Itens de resultado que não afetam o caixa				
(Aumento) redução nos ativos		(1.623.819.854)	(331.797.109)	(1.955.616.963)
Aumento (redução) nos passivos		261.290.387	281.527.208	542.817.595
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		(745.834.658)	-	(745.834.658)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(113.775)	-	(113.775)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		1.267.366.329	-	1.267.366.329
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		521.417.896	-	521.417.896

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedor		696.124	-	696.124
Impostos a recuperar		358.506	-	358.506
Outros ativos circulantes		271.078	-	271.078
Demais ativos circulantes				
não impactados		44.604	-	44.604
		1.370.312	-	1.370.312

Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	619.361.706	1.107.764.655	1.727.126.361
Demais ativos não circulantes				
não impactados		1.012.970	-	1.012.970
		620.374.676	1.107.764.655	1.728.139.331
		621.744.988	1.107.764.655	1.729.509.643

Total do ativo	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		57.564.286	-	57.564.286
Demais passivos circulantes				
não impactados		5.536.483	-	5.536.483
		63.100.769	-	63.100.769

Passivo não circulante				
Impostos diferidos	(ii)	57.388.329	427.111.756	484.500.085
		57.388.329	427.111.756	484.500.085
Patrimônio líquido				
Capital social		537.001.000	-	537.001.000
Reserva de lucros a realizar	(i) e (ii)	-	644.907.789	644.907.789
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(35.745.110)	35.745.110	-
		501.255.890	680.652.899	1.181.908.789

Total do passivo e do patrimônio líquido	(i)	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
		621.744.988	1.107.764.655	1.729.509.643

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício; e (iv) Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita a seguir. As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentaram, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do IFRIC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.

• **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais:** • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêm a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.000	-	-
Bancos	9.985.208	9.711.258	38.494
Aplicações financeiras	86.831.623	511.745.132	-
	96.817.831	521.456.390	38.494

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de prorrogação sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamentos	25.490.743	-	-
	25.490.743	-	-

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação de principal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	40.579.778	-	-
Vencidas até 30 dias	181.699	-	-
Vencidas até 60 dias	48.010	-	-
Vencidas até 90 dias	46.224	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	806.936	-	-
	41.662.647	-	-
(-) PCLD	(17		



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

Debênture SGBH: Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirográfrica, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a Stanta Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidiram juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro rata die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi totalmente amortizado em 2019. **BNDES:** Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768,00 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado um montante de R\$ 580.083.321 (quinhentos e oitenta milhões oitenta e três mil trezentos e vinte um reais) sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **Garantias** - Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. No entanto, conforme o contrato, esse índice deve ser apurado somente a partir do início de amortização do contrato, o que ocorrerá em 2020.

	Amortização
2021	45.166.075
2022	45.166.075
2023	45.166.075
2024-2034	449.803.602
	585.301.827

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
IRPJ	27.032.943	-	-
CSLL	9.135.287	-	-
PIS	591.395	5.763	573
COFINS	2.730.809	35.464	3.529
Outros	12.749.468	3.187.700	4.274.291
	52.239.900	3.228.928	4.278.393

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	1.859.880	-	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	180.382	-	-
	2.040.262	-	-

(i) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 185.903,61. **(ii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.
Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cível	1.361.301	-	-
	1.361.301	-	-

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018
Tributos diferidos ativos (i)	11.488.736	11.488.736	-
Tributos diferidos passivos (ii)	(953.937.162)	(857.538.505)	(484.500.085)
	(942.448.426)	(846.049.769)	(484.500.085)

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal de 2018.
(ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) **Capital social:** Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$20.000.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$60.000.000, mediante a emissão de 60.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e

integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R\$31.000.000, mediante a emissão de 31.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de junho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$45.000.000, mediante a emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 3 de julho de 2017 houve aumento de capital em R\$304.000.000, mediante a emissão de 304.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 12 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$77.000.000, mediante a emissão de 77.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 10 de janeiro de 2018 houve aumento de capital em R\$138.000.000, mediante a emissão de 138.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.
c) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 20 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	313.250.269	420.826.591
Reserva legal (5%)	(15.662.513)	(21.041.330)
Base de cálculo para os dividendos	297.587.756	399.785.261
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	2.975.878	3.997.851
Provisão de juros sobre capital próprio	(82.094.640)	-

Em 07 de outubro de 2019 foram pagos R\$ 3.120.086 referente a dividendos do exercício de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 82.094.640 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 12.314.196 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$69.780.444, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	765.561.481	1.554.521.154
Receita de operação e manutenção	35.949.423	-
Remuneração do ativo contratual	476.482.362	338.420.819
Receita de construção	242.849.616	1.216.100.335
Ajustes recitas variáveis	10.280.080	-
Deduções da receita operacional	(75.561.969)	(143.793.438)
PIS	(12.637.793)	(25.649.640)
COFINS	(58.210.442)	(118.143.798)
TFSEE	(3.598.311)	-
P&D	(1.115.423)	-
	689.999.512	1.410.727.716

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(11.948.429)	(361.866)
Material	(322.106)	(2.203)
Serviços de terceiros	(380.170)	(16.353)
Arrendamentos e aluguéis	(49.605)	(616)
Seguros	(9.362)	-
Tributos	(51.122)	-
Custo de construção	(164.585.174)	(734.829.820)
Custo de operação e manutenção	(14.893.138)	-
Gastos diversos	(842.613)	(113.290)
	(193.081.719)	(735.324.148)

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(787.992)	(229.458)
Material	(25.102)	(16.929)
Serviços de terceiros	(1.153.420)	(1.263.800)
Arrendamentos e aluguéis	(122.465)	(125.726)
Doações	(1.647.973)	(451.579)
Provisões	(178.072)	-
Tributos	(107.384)	(50.305)
Depreciação e amortização	(243.100)	-
Outras	(366.019)	(317.930)
	(4.631.527)	(2.455.727)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	10.580.130	8.218.401
Receitas de aplicações financeiras	10.989.321	8.346.254
Tributos sobre receitas financeiras	(519.584)	(388.715)
Outras receitas financeiras	110.393	260.862
Despesas financeiras	(68.725.844)	(42.391.406)
Juros sobre debêntures	-	(27.471.882)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(58.428.211)	(644.337)
Juros empréstimos partes relacionadas	(15.696.715)	-
IOF, taxas e comissões	(1.364.722)	(13.779.966)
Varição Cambial (i)	8.187.488	(73.655)
Outras despesas financeiras	(1.423.684)	(421.566)
	(58.145.714)	(34.173.005)

(i) Refere-se a variação monetária sobre aporte financeiro BNDES.

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	433.912.144	638.774.836
Alíquota nominal	(147.506.129)	(217.159.444)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	-	-
Adições e exclusões não dedutíveis	(11.395.435)	(50.022.873)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	1.678.997	-
Outros	36.560.692	49.234.072
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(120.661.875)	(217.948.245)
IR e CS correntes	(56.620.512)	(191.999)
IR e CS diferidos	(64.041.363)	(217.756.246)
	(120.661.875)	(217.948.245)

23. PARTES RELACIONADAS
Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	288.105	3.562	6.110
Outros	288.105	3.562	6.110

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores /Empréstimos partes relacionadas	15.076	577.471.882	195.192
Aluguel (i)	9.127	-	-
Outros	5.949	-	195.192
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 12)	-	577.471.882	-

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	(15.803.331)	(100.171)
Despesa de aluguel (i)	(106.616)	(100.171)
Despesa com juros de empréstimos com a SGBH (nota explicativa 21)	(15.696.715)	-
(i) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH.		

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.817.831	521.456.390
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	8	41.484.575	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	630.325.044	580.084.321
Empréstimos - partes relacionadas	12	-	577.471.882
Fornecedores terceiros	11	70.341.584	18.108.427
Fornecedores partes relacionadas	23	15.076	-

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo
Nota 31/12/2019 31/12/2018 01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa 6 96.817.831 521.456.390 38.494
Ativos mensurados pelo custo amortizado
Nota 31/12/2019 31/12/2018 01/01/2018
Concessionárias e permissionárias 8 41.484.575 - -
Passivos mensurados pelo custo amortizado
Nota 31/12/2019 31/12/2018 01/01/2018
Empréstimos e financiamentos - terceiros 12 630.325.044 580.084.321 -
Empréstimos - partes relacionadas 12 - 577.471.882 -
Fornecedores terceiros 11 70.341.584 18.108.427 57.564.286
Fornecedores partes relacionadas 23 15.076 - 195.192
24.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Ativo	Tipo de cobertura		
Seguro Patrimonial	Risco operacional	477.551.858	-
Responsabilidade Civil	Risco Civil	10.000.000	-
Veículos	Carros	901.728	-
Total Seguros		488.453.586	-

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente | Jorge Raul Bauer - Diretor | Mariana de Oliveira Barbosa - Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa